

É preciso ir além da pedra e da cal



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio
Henrique Ferreira do Instituto
de Estudos Avançados da USP
de Ribeirão Preto

pedra e da cal. Muitos defendem — com o que concordo — que as PPPs de Educação podem ter um grande potencial de ajudar a incorporar qualidade na escola pública brasileira. Os órgãos de controle estão analisando as contas públicas — e isso vai muito além da questão contábil. Buscam, cada vez mais, verificar se o poder público está demonstrando eficiência, eficácia e efetividade nos gastos públicos.

Estamos vivendo um cenário disruptivo — são tempos de mudanças exponenciais. Isso significa que precisamos formar pessoas, cujo desenvolvimento pessoal e profissional seja pleno, de modo a prepará-las adequadamente para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, em conformidade com o Artigo 205 da Constituição Federal. Sem isso, poderemos até ter uma escola instalada em um belo prédio, cuja alma, no entanto, não condiga com as necessidades atuais e futuras de nossas crianças e de nossos jovens.

O Brasil precisa de uma escola como essa — que desenvolva os potenciais plenos de nossos estudantes, preparando-os para esse novo ambiente. Por isso, entendemos que seria um pecado restringir o financiamento da educação no modelo das PPPs, apenas ao prédio escolar e a eventuais verbas discricionárias de manutenção, especialmente se o poder público tiver uma leitura adequada do cenário em questão.

Estudos longitudinais do ganhador do Prêmio

Nobel de Economia de 2000, James Heckman, acompanhando milhares de crianças desde a educação infantil até a vida adulta, mostraram que aquelas que desenvolveram as chamadas competências socioemocionais na escola tiveram 44% mais chances de concluir o ensino médio, 35% menos chances de ter problemas prisionais e ganhos salariais três vezes maiores.

Com as PPPs, o país tem uma grande chance de mudar a cara da educação brasileira, especialmente quando a maioria das redes públicas está patinando na aprendizagem escolar — estão literalmente estagnadas. E estagnação é retrocesso. Muitos países, até pouco tempo atrás desconhecidos pela oferta de uma educação de qualidade, estão, mesmo após a pandemia, dando saltos no campo da aprendizagem escolar, como é o caso de nações como Estônia, Irlanda, Polônia e Vietnã (este último, apesar de ter vivido metade do século 20 em guerra, agora está reconstruindo sua economia a partir da educação). Aqui, nem incluímos aqueles que já são referências mundiais, como Cingapura, Coreia do Sul, Finlândia e Japão, sem ainda esquecer as regiões administrativas especiais vinculadas à China, como Hong Kong, Taiwan e Macau.

O Brasil precisa ter fome de educação — e, aqui, parafraseando o saudoso Betinho, “quem tem fome tem pressa”. Não podemos esperar que um milagre aconteça. O Brasil precisa acordar de vez para a educação.

Os resultados das avaliações educacionais vêm mostrando que, apesar dos esforços empreendidos pelas secretarias de educação, a larga maioria das redes públicas de ensino não retornou aos resultados de 2019, de antes da pandemia — que, diga-se de passagem, já estavam abaixo do desejável. A melhoria da aprendizagem e a redução das desigualdades escolares permanecem como o grande desafio da educação brasileira. Colocar numa mesma equação quantidade e qualidade exigirá uma nova gestão dos recursos públicos, associada a um financiamento mais robusto.

Contudo, percebe-se, no cenário atual, que os municípios vão precisar mais do que nunca do apoio do Estado brasileiro para que esse enfrentamento ocorra de forma organizada e adequada. E, nesse contexto, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) podem ser uma grande janela de oportunidade como indutoras de qualidade na educação.

Isso significa que precisamos ir além da



Mais acesso e mais direitos: os impactos do primeiro mês de tarifa zero no Distrito Federal



» MAX MACIEL CAVALCANTI
Deputado distrital e presidente
da Comissão de Transporte e
Mobilidade Urbana da CLDF

Após mais de 20 anos de luta do Movimento Passe Livre, em conjunto com outros movimentos sociais populares e estudantis, finalmente estamos vivendo um momento histórico para a mobilidade urbana no DF: agora, temos transporte público gratuito aos domingos e feriados.

O programa de tarifa zero “Vai de Graça”, que foi recentemente implementado pelo Governo do Distrito Federal, está evidenciando o que os movimentos sociais e parlamentares falaram diversas vezes: com tarifa zero, a população do DF está circulando mais pela capital.

De acordo com informações disponibilizadas pela Secretaria de Mobilidade (Semob), quando comparamos com informações de domingos anteriores à implementação do programa, houve em média um aumento de 47% no número de acessos ao transporte público nos domingos e feriados. Por exemplo, no domingo de carnaval, foram registrados cerca de 388 mil acessos, enquanto no domingo anterior, em que não havia gratuidade, o número de acessos foi de 278 mil. O maior aumento registrado foi de 59% no último domingo, 30 de março, ou seja, a cada final de semana estamos observando um

crescimento gradativo no número de acessos ao sistema de transporte público.

Esses números representam o sucesso da política pública que ainda está no começo, e é importante ressaltar que existem diversos benefícios com a implementação da tarifa zero. Afinal, com ela as pessoas circulam mais pela cidade, indicando que o comércio local e espaços públicos destinados para o lazer estão mais movimentados, o que, por consequência, acaba contribuindo com a melhora da segurança pública.

É importante ressaltar que essa política pública não caiu do céu nem pertence a atual gestão do GDF. Ela é fruto de décadas de mobilização do Movimento Passe Livre em conjunto com outros movimentos sociais e estudantes, além dos estudos e ações da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da Câmara Legislativa do Distrito Federal. A partir do momento em que assumimos a presidência da comissão, comprometemo-nos a estudar a tarifa zero a fundo, buscando formas de torná-la realidade, e, para isso, criamos a Subcomissão Tarifa Zero.

Para garantir que essa política pública se consolide, propusemos à Secretaria de Mobilidade (Semob) a criação de um comitê de avaliação para monitorar o programa “Vai de Graça” e entender o impacto da gratuidade, analisar a demanda e identificar o que pode ser melhorado. Queremos um sistema que funcione bem para todo mundo, com ônibus suficientes, rotas bem distribuídas e uma operação eficiente.

Outro ponto importante desse processo é a necessidade de auditar o sistema de transporte

público. Atualmente, cerca de 80% do transporte público são pagos pelo GDF, por meio da arrecadação dos nossos impostos, o que torna evidente que há recursos disponíveis para expandir a gratuidade sem comprometer o orçamento do Distrito Federal.

Diversas experiências no Brasil e no mundo mostram que a tarifa zero é um modelo viável, desde que bem planejada e estruturada financeiramente. Mais de 136 cidades no Brasil adotaram o modelo, mas sua implementação exige estudo aprofundado sobre fontes de financiamento, impactos na qualidade do serviço e formas de gestão que garantam sua eficiência sem comprometer a sustentabilidade.

É evidente que a tarifa zero veio para mudar a realidade do transporte público e mobilidade urbana no DF, e nós não podemos retroceder, só avançar. Por isso, temos o dever histórico de continuar disputando a narrativa da tarifa zero que queremos, pela qual a prioridade é o povo, e não o enriquecimento dos grandes empresários, pois essa luta é, em sua essência, uma luta contra um sistema que insiste em segregar e negar direitos. A gratuidade do transporte é um passo fundamental para garantir que a cidade seja de todos e todas, não apenas de quem pode pagar.

Com o objetivo de aprofundar as questões abordadas nesse texto e debater essas e outras questões inerentes à tarifa zero, a CTMU vai realizar o Seminário Tarifa Zero no DF, na sala de comissões Pedro Duarte de Souza, que fica nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 25 de abril, a partir das 14h.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Fake felicidade

Muito deve o mundo e as populações a figuras luminárias que, na história humana, sempre colocaram sua sabedoria e ilustração a serviço de conduzir as massas em momentos de incertezas e crises. Não fosse pela atuação intelectual desses sábios e filósofos, considerados verdadeiros faróis vivos, há muito a civilização teria naufragado, entre tormentas e guerras sangrentas. Um desses indivíduos que merecem ser revisitados é o filósofo, ensaísta, historiador e matemático Bertrand Russell (1872-1970). Tendo experienciado momentos liberal, socialista e pacifista, Russell soube não se apegar a nenhuma dessas ideologias, como bem cabe a quem entende a filosofia como a única estrada a seguir.

Russell foi um filósofo muito respeitado no seu tempo, a tal ponto que muitos o viam como uma espécie de profeta ou guru. Por sua atuação enérgica contra as injustiças, chegou a ser preso durante a Primeira Grande Guerra (1914-1918). Foi também um crítico feroz de déspotas como Hitler e Stalin. Sua inteligência e clarividência podem ter sido adquiridas milagrosamente pela água de batismo, uma vez que seu padrinho era ninguém menos do que John Stuart Mill. Outro filósofo de ponta, adepto da lógica e das ciências econômicas.

Como pacifista que era, Bertrand escreveu, com Albert Einstein, o Manifesto Russell-Einstein de 1955, no qual alertava para as catástrofes que as armas de destruição em massa poderiam causar à humanidade. Foi ele também um dos responsáveis pela mediação no caso do conflito dos mísseis de Cuba, evitando assim que o mundo viesse a sofrer os horrores de uma guerra nuclear sem vencedores nem vencidos. Foi também um crítico duro contra a Guerra do Vietnã.

Mas foi contra Karl Marx (1818-1883) que Russell mais encontrou motivos para críticas. Para ele, uma filosofia deve ser sempre inspirada por sentimentos gentis e nunca hostis. Marx, em sua opinião, não apresentava em seu manifesto e em suas propostas filosóficas nenhuma inspiração movida por sentimentos nobres e gentis. Ao contrário, para Russell, Marx fingia pretender a felicidade do proletariado. O que ele queria, segundo Bertrand Russell, era a infelicidade tanto dos trabalhadores quanto da própria burguesia, a quem dizia desprezar, mas da qual vivia de todos os tipos de favores.

Marx, segundo Russell, queria usar o proletariado como instrumento de vingança contra a burguesia. Foi justamente por esse sentimento negativo, que misturava vingança e elementos de hostilidade, que Marx conseguiu incentivar em sua filosofia, todo um sentimento de ódio contra a burguesia. Com tantos elementos ruins sintetizados num só manifesto, o que Marx conseguiu produzir foi, na visão de Russell, um verdadeiro desastre. “Três paixões simples, porém intensas, têm governado minha vida: a ânsia pelo amor, a busca do conhecimento e uma insuportável piedade pelo sofrimento da humanidade”, disse Russell.

As doutrinas, como a história humana tem demonstrado, não são nem verdadeiras nem falsas, mas apenas complemento e instrumento de predições. Russell acreditava que Marx focava muito, em seus escritos, na questão econômica para decifrar os movimentos da história. Dessa forma, o novo materialismo científico, apresentado por Marx, encerrava seus objetivos e tinha como motor propulsor da história apenas a prática e as relações econômicas, e não uma série de outras variáveis de igual importância, como a relação dos homens entre si, independentemente da produção ou de algo ligado a bens.

Observem, finalmente, que, para Marx, a filosofia era, assim como as religiões, uma forma de alienação que entorpece a razão, não havendo que perder tempo com coisas dessa natureza, principalmente se elas não lidam com coisas concretas. Marx sustentava que o ser humano é todo dotado de ação transformadora, trabalho, e não de passividade e contemplação de ideias. Mesmo negando a filosofia como um ato passivo, Marx, na visão de Bertrand Russell, não foi capaz de ver na prática a materialização de seu pensamento, pelo menos com relação à tão pretendida felicidade humana, uma vez que, em todos os lugares onde tentaram implantar suas ideias ou parte delas, o que os homens acabaram encontrando foi uma sucessão de fracassos, em que a classe proletária passou a sofrer todo o tipo de repressão e empobrecimento ao se ver escravizada pela elite dirigente do partido socialista. Eis aí uma verdade incontestável.

A frase que não foi pronunciada

“O toma lá dá cá não começa entre empresários e políticos, começa com os eleitores. É preciso cortar o mal pela raiz.”

Dona Dita

Erro médico?

» O caso chama a atenção do leitor acostumado a acompanhar a página de óbitos no jornal. O número de mortes de crianças com menos de um ano começa a acender a luz de alerta.

» História de Brasília

A reunião foi na Câmara. Logo depois, mais de 300 “reservas” eram efetivadas sem concurso, enquanto os que haviam prestado essa exigência ainda aguardam nomeação. (Publicada em 29/4/1962)